

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017.

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/MT, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 com sede administrativa na cidade de Cuiabá - MT. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

Tem como missão institucional desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo para sua profissionalização, integração social, melhoria da qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania.

#### 1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

##### 1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- a) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) **Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

### 1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

### 1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/MT devem ser utilizados da seguinte forma: 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

## 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

### 2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC através da Resolução CFC nº 1.133/08 que aprovou a NBC T 16.6 –

Demonstrações Contábeis, observando-se ainda as resoluções do Conselho Fiscal do SENAR – Administração Central em matéria contábil.

### 2.3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

#### 2.3.1. Apuração dos resultados

a) **Apuração do Déficit ou Superávit** – a entidade adota o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

**I – Receitas de Contribuição Social** – as receitas com contribuição social são reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com base no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

**II – Despesas com Cursos e Treinamento** – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com o apoio de entidades cooperantes.

#### 2.3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, as contas correntes e investimentos de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 2.3.3. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber aos saldos de contribuições sociais a receber, unicamente relativos ao mês de competência de junho e representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por Pessoas Físicas, jurídicas e agroindústrias;

Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por inexistirem inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber de titularidade da Entidade.

Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal, acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

#### 2.3.4. Estoques

O saldo de almoxarifado é constituído por materiais de uso e consumo utilizados nos eventos educacionais e para manutenção da administração da entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os materiais adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

#### 2.3.5. Imobilizado

##### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

##### b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para

uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Administração da Entidade realizou a revisão da vida útil-econômica dos ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 27 para o exercício findo em 30 de junho de 2017, o mesmo chegando próximo a vida útil considerada para efeitos fiscais.

	<u>Anos</u>
Equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de comunicação	5
Outros equipamentos	5
Equipamentos de informática	5
Prédios	25
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 2.3.6. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais.

### 2.3.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um

recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 2.3.8. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração

a) **Ativos financeiros** – Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

b) **Passivos financeiros** – Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

## 3. Caixa e Equivalente de caixa

### 3.1. Caixa

Caixa são recursos em espécie movimentados pela entidade apenas em sua sede administrativa mantendo saldo suficiente para o pagamento imediato de pequenas despesas. Os recursos em caixa são registrados e controlados em contas contábeis.

#### Recursos Próprios

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
FUNDO FIXO	3.273	-
Soma	3.273	-

### 3.2. Os Bancos

Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios são disponibilidades financeiras movimentadas através de instituições oficiais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal. As movimentações são geralmente representadas por créditos recebidos através de transferências bancárias, pagamentos realizados através da emissão de cheques, transferências ou pagamentos por acesso via internet.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios e Bancos Conta Movimento - Recursos de Terceiros.

#### Bancos conta Movimento - Recursos Próprios

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
C/C BB 14.420-7 / SENAR / AG. PATAGUAS	97.092	133.513
C/C BB SA 22.394-8 SENAR/MT	456	456
C/C CEF 00006802-2 SENAR/MT	81.916	47.192
<b>Soma</b>	<b>179.465</b>	<b>181.161</b>

#### Bancos conta Movimento - Recursos Convênios

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
C/C BB 24.288-8 SENAR /PROGRAMA PRONATEC	-	624
C/C BB 29.539-6 / NEGOCIO CERTO RURAL	1.330	414
<b>Soma</b>	<b>1.330</b>	<b>1.038</b>

### 3.3. As aplicações financeiras são compostas pelos seguintes investimentos

Aplicações financeiras são investimentos de curtíssimo prazo, geralmente disponibilidades financeiras sem comprometimento imediato, remunerados através de fundos de aplicação financeira baseados em percentual de juros pagos através de Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - com prazos de resgate variáveis.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Aplicações Financeiras - Recursos Próprios Bancos Aplicações Financeiras - Recursos de Terceiros.

**Aplicação Financeira - Recursos Próprios**

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
BB CDB DI SWAP	1.933.266	1.829.725
CDB DI SA SENAR/MT (22.394-8)	51.640	48.875
CDB CEF SANAR/MT (00006802-2)	56.751.094	48.918.338
<b>Soma</b>	<b>58.735.999</b>	<b>50.796.938</b>

**Aplicação Financeira - Recursos Convênios**

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
BB/POUPANÇA 24.288-8 SENAR /PROGRAMA PRONATEC	-	63.846
C/C BB 29.539-6 / CONV. NEG. CERTO RURAL	92.064	468.951
CEF/POUPANÇA 68.447-2- REDE E-TEC	139.655	84.927
<b>Soma</b>	<b>231.719</b>	<b>617.723</b>

**4. Créditos a Curto Prazo**

Créditos de curto prazo são valores a receber decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade decorrente dos seus negócios junto a entidades ligadas, funcionários e fornecedores cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

**4.1. Contas a Receber**

Refere-se ao saído a receber decorrente de operações eventuais da entidade.

**Contas a Receber**

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
FAMATO - ENERGIA ELETRICA	12.204	-
<b>Soma</b>	<b>12.204</b>	<b>-</b>

**4.2. Dotações a Receber**

É a apropriação da receita de contribuição para o SENAR-AR/MT referente ao mês de junho de 2017, prevista para recebimento em julho de 2017, atendendo o princípio da competência.

**Dotações Orçamentárias a Receber**

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
LEI 8.315 - Contribuições Sociais	5.983.093	3.267.711
<b>Soma</b>	<b>5.983.093</b>	<b>3.267.711</b>



### 4.3. Relações entre Unidades

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a receita de contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para o Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para o Termo de Administração Superior (TAS), que serão realizados como despesas através da prestação de contas, no decorrer da vigência do contrato.

#### Relações entre Unidades

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
FAMATO - REPASSE TCTF 2015	398.230	398.230
FAMATO - REPASSE TAS 2016	325.221	1.283.541
FAMATO - REPASSE TCTF 2016	696.004	1.141.836
FAMATO - REPASSE TAS 2017	807.595	-
FAMATO - REPASSE TCTF 2017	770.132	-
<b>Soma</b>	<b>2.997.182</b>	<b>2.823.606</b>

### 4.4. Convênios a Realizar

Representam a disponibilização de recursos a terceiros para execução de projetos conforme Termos de Cooperação Técnica e Financeira, que de acordo com sua execução apropria-se na conta de despesa.

#### Convênios a Realizar

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
FAMATO	471.996	141.705
APROSOJA	698.728	244.986
FETAGRI	479.754	351.414
IMEA	676.260	286.967
CANAL RURAL	250.540	250.540
SINDICATO RURAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	138.720	69.333
SINDICATO RURAL DE CARLINDA	-	25.640
SINDICATO RURAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA	-	17.600
<b>Soma</b>	<b>2.715.998</b>	<b>1.388.185</b>

### 4.5. Adiantamentos por Conta de Viagens

Esse grupo registra e controla os adiantamentos efetuados para cobrir despesas de viagens de funcionários conforme Norma para Concessão de Diárias. Regra geral, a prestação de contas de adiantamento ocorre sempre do retorno da viagem.

#### Adiantamento por conta de Viagens

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
ADIANTAMENTOS A COLABORADORES	132.960	104.024
<b>Soma</b>	<b>132.960</b>	<b>104.024</b>

#### 4.6. Adiantamentos a Terceiros

Esse grupo registra os adiantamentos para cobrir as despesas de viagens dos instrutores que realizam capacitações promovidas pela entidade, também compreende os adiantamentos realizados a Entidades Parceiras. A prestação de contas de adiantamento dos instrutores ocorre sempre do retorno da viagem e para as Entidades Parceiras a prestação de contas são enviados conforme a execução.

#### Adiantamentos a terceiros

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	219.191	1.226.105
ADIANTAMENTO A INSTRUTORES	18.720	3.960
<b>Soma</b>	<b>237.911</b>	<b>1.230.065</b>

#### 4.7. Adiantamento a Empregados

Esse grupo registra o adiantamento de salários, férias e 13º salário em conformidade com a legislação trabalhista. A baixa correspondente ao 13º salário total será executada no pagamento da 2º parcela. As férias e salários, a regularização ocorre no mês subsequente.

#### Adiantamentos a Empregados

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
FÉRIAS	5.413	-
13º SALARIO	9.874	-
OUTROS ADIANTAMENTOS	4.263	-
<b>Soma</b>	<b>19.550</b>	<b>-</b>

#### 4.8. Estoque

O estoque foi avaliado pelo custo médio de aquisição e é controlado por funcionário responsável pelo processo com suporte de sistema informatizado, sendo que as saídas de mercadorias são efetuadas de acordo com as requisições de material.

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade. O saldo se compõe da seguinte forma:

Estoque	Conta	Valores em Reais	
		junho/17	dezembro/16
	MATERIAIS DE ESCRITORIO	45.705	37.853
	LIMPEZA/CONSERVAÇÃO	1.827	1.973
	MATERIAIS DE COPA E COZINHA	13.695	2.362
	IMPRESSOS - ESCRITÓRIO	59.583	26.132
	MATERIAIS INSTRUCCIONAIS	2.134.708	1.500.023
	<b>Soma</b>	<b>2.255.518</b>	<b>1.568.342</b>

#### 4.9. Despesas do Exercício Seguinte

São dispêndios pagos antecipadamente que serão considerados despesas no decorrer do exercício seguinte, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência:

Despesas do Exercício Seguinte	Conta	Valores em Reais	
		junho/17	dezembro/16
	SEGUROS A APROPRIAR - VEICULOS	6.238	2.910
	SEGUROS A APROPRIAR - PREDIAL	-	1.943
	<b>Soma</b>	<b>6.238</b>	<b>4.853</b>

#### 5. Direitos de Longo Prazo

São registrados os direitos realizáveis após o exercício seguinte ao do fechamento do balanço, ou seja, superior a 360 dias. Neste grupo estão inclusos os clientes, bem como outros créditos, como investimentos de longo prazo e aplicações de recursos.

Direitos de Longo Prazo	Conta	Valores em Reais	
		junho/17	dezembro/16
	TEXTO E MIDIA COM. EDITORA LTDA	813.918	-
	<b>Soma</b>	<b>813.918</b>	<b>-</b>

Foi concedida a quantia de R\$ 813,917,90 para a empresa TEXTO & MIDIA COMUNICACAO E EDITORA LTDA – ME, CNPJ: 38.021.333/0001-70 dias antes da intervenção da Administração Central, e que, até o presente momento é objeto de investigação do Ministério Público Federal, portanto aguardando decisão judicial a respeito da recuperação do referido valor.

Por conseguinte, em junho de 2017 realizamos a reclassificação do curto prazo para o longo prazo, visto que não temos previsão para recebimento do montante.

## 6. Imobilizado

Imobilizado é o conjunto de bens corpóreos utilizados na manutenção administrativa e operacional da Entidade, registrado inicialmente pelo custo de aquisição, diminuída a depreciação mensalmente, sendo, portanto apresentado pelo seu valor líquido a realizar e controlados através de sistema informatizado.

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Imobilizado Valores em Reais

Descrição	Custo		Depreciação Acumulada		Líquido	
	junho/17	dezembro/16	junho/17	dezembro/16	junho/17	dezembro/16
EQUIPAMENTOS MAQ. E APAR. EM GERAL	1.224.951	1.052.812	(423.660)	(388.526)	801.291	664.286
VEICULOS	697.000	697.000	(360.418)	(290.718)	336.582	406.282
MOBILIARIO EM GERAL	2.387.707	2.203.145	(1.062.533)	(950.672)	1.325.174	1.252.473
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	661.126	656.097	(303.514)	(277.780)	357.613	378.317
OUTROS EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES	83.232	83.232	(40.937)	(36.911)	42.294	46.321
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	2.598.755	2.498.052	(1.480.532)	(1.305.009)	1.118.223	1.193.044
TERRENOS	1.800.864	1.615.401	-	-	1.800.864	1.615.401
PREDIOS	14.744.544	14.744.544	(5.334.121)	(5.039.230)	9.410.423	9.705.314
INSTALAÇÕES E ADAPTAÇÕES	2.577.847	2.581.601	(2.415.982)	(2.345.209)	161.865	236.392
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	5.117.733	3.636.789	-	-	5.117.733	3.636.789
<b>Soma</b>	<b>31.893.759</b>	<b>29.768.674</b>	<b>(11.421.697)</b>	<b>(10.634.055)</b>	<b>20.472.062</b>	<b>19.134.619</b>

Movimentação do Ativo Imobilizado Valores em Reais

Descrição	Custo	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Líquido
	dezembro/16			junho/17	junho/17
EQUIPAMENTOS MAQ. E APAR. EM GERAL	1.052.812	195.914	23.775	(423.660)	801.291
VEICULOS	697.000	-	-	(360.418)	336.582
MOBILIARIO EM GERAL	2.203.145	185.608	1.046	(1.062.533)	1.325.174
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	656.097	22.929	17.899	(303.514)	357.613
OUTROS EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES	83.232	-	-	(40.937)	42.294
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	2.498.052	131.150	30.448	(1.480.532)	1.118.223
TERRENOS	1.615.401	185.463	-	-	1.800.864
PREDIOS	14.744.544	-	-	(5.334.121)	9.410.423
INSTALAÇÕES E ADAPTAÇÕES	2.581.601	-	3.755	(2.415.982)	161.865
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	3.636.789	1.480.944	-	-	5.117.733
<b>Soma</b>	<b>29.768.674</b>	<b>2.202.007</b>	<b>76.922</b>	<b>(11.421.697)</b>	<b>20.472.062</b>

## 7. Intangível

Intangível Valores em Reais

Descrição	Custo		Amortização Acumulada		Líquido	
	junho/17	dezembro/16	junho/17	dezembro/16	junho/17	dezembro/16
DIREITO DE USO AO SOFTWARE	1.297.999	1.044.264	(466.948)	(377.488)	831.050	666.776
<b>Soma</b>	<b>1.297.999</b>	<b>1.044.264</b>	<b>(466.948)</b>	<b>(377.488)</b>	<b>831.050</b>	<b>666.776</b>

Movimentação do Ativo Intangível Valores em Reais

Descrição	Custo	Adições	Baixas	Amortização Acumulada	Líquido
	dezembro/16			junho/17	junho/17
DIREITO DE USO AO SOFTWARE	1.044.264	253.735	-	466.948	831.050
<b>Soma</b>	<b>1.044.264</b>	<b>253.735</b>	<b>-</b>	<b>466.948</b>	<b>831.050</b>

## 8. Obrigações com Folha de Pagamento

Grupo de movimentação da folha de pagamento, férias e rescisões trabalhistas dos empregados, bem como os registros dos descontos realizados referente as contribuições sindicais, pensões alimentícias, associação dos servidores e os empréstimos consignados conforme contrato assinado com Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Obrigações com Folha de Pagamento Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
RESCISÕES TRABALHISTAS	6.608	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	169	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	13.108	9.316
<b>Soma</b>	<b>19.886</b>	<b>9.316</b>

## 9. Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Neste grupo são lançadas as obrigações tributárias e previdenciárias sobre a folha de pagamento, autônomos e pessoas jurídicas em conformidade a legislação vigente, a regularização ocorre no mês subsequente ao da competência.

Obrigações Tributárias e Previdenciárias Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
FGTS A PAGAR	65.657	-
INSS A RECOLHER	280.255	70.815
PIS A RECOLHER	8.189	19.761
IRRF A PAGAR - EMPREGADOS	97.576	202.868
<b>Soma</b>	<b>451.677</b>	<b>293.445</b>

## 10. Fornecedores

Obrigações com fornecedores de bens e serviços são obrigações decorrentes de compras a prazo, reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, em obediência ao regime de competência e são demonstrados pelo seu valor nominal e são liquidados em seus vencimentos.

Fornecedores		Valores em Reais	
Conta	junho/17	dezembro/16	
FORNECEDORES	294.439	69.225	
<b>Soma</b>	<b>294.439</b>	<b>69.225</b>	

## 11. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias, referem-se aos impostos retidos sobre os prestadores de serviços tais como: instrutória, manutenção, consultoria, vigilância, entre outros.

Obrigações Tributárias		Valores em Reais	
Conta	junho/17	dezembro/16	
IRRF A PAGAR - TERCEIROS	30.333	37.133	
ISS RETIDO	41.050	24.878	
PIS/COFINS/CSLL	61.501	61.499	
<b>Soma</b>	<b>132.885</b>	<b>123.510</b>	

## 12. Provisões Trabalhistas

Neste grupo são apropriadas as provisões de 13º salários, férias e respectivos encargos sociais.

Provisões Trabalhistas		Valores em Reais	
Conta	junho/17	dezembro/16	
PROVISAO PARA 13º SALARIO	394.532	-	
PROVISAO FÉRIAS	836.371	385.735	
PROV. P/ PREV. SOCIAL - INSS S/ 13º SALARIO	91.531	-	
PROVISAO P/ FGTS S/ 13º SALARIO	30.773	-	
PROVISAO P/ PREV. SOCIAL - INSS S/ FÉRIAS	194.038	89.490	
PROVISAO P/ FGTS S/ FÉRIAS	66.910	30.859	
PROVISAO P/ PIS S/ 13º SALARIO	3.945	-	
PROVISAO P/ PIS S/ FÉRIAS	8.364	3.857	
<b>Soma</b>	<b>1.626.463</b>	<b>509.941</b>	

### 13. Demais Obrigações

#### 13.1. Convênios a Realizar

Referem-se as verbas recebidas e destinadas à consecução dos projetos: Negócio Certo Rural, Pronatec e Programa Rede E-TEC, são registradas contabilmente no passivo e em contrapartida nas contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade.

Conta	junho/17	dezembro/16
NEGÓCIO CERTO RURAL - SEBRAE	67.107	453.273
CONVENIO PROGRAMA PRONATEC	-	80.389
CONVENIO PROGRAMA REDE E-TEC	139.655	84.927
<b>Soma</b>	<b>206.762</b>	<b>618.589</b>

#### 13.2. Contratos Termos de Cooperação, Adesão e Projetos a Realizar

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a Receita de Contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para Termo de Administração Superior (TAS), que deverão ser repassadas a FAMATO, para custeio de projetos. Bem como os valores correspondentes aos custos das cartilhas da coleção SENAR enviadas pelo SENAR Administração Central às Administrações Regionais, que são deduzidos da arrecadação e que a contabilização desse material deve seguir procedimentos análogos aos de aquisição de materiais com recursos próprios nota técnica nº 001/2017.

Conta	junho/17	dezembro/16
DESPESAS REF. A ENVIO DE MATERIAIS	117	-
FAMATO - REPASSE TAS 2016	325.221	1.283.541
FAMATO - REPASSE TCTF 2016	696.004	1.141.836
FAMATO - REPASSE TAS 2017	807.595	-
FAMATO - REPASSE TCTF 2017	770.132	-
<b>Soma</b>	<b>2.599.068</b>	<b>2.425.376</b>

#### 13.3. Credores Diversos

Compreende a conta transitória de depósitos a identificar que são registradas as devoluções de recursos disponibilizados a funcionários, instrutores e Entidades parceiras, tal como as obrigações com funcionários decorrentes de reembolsos de despesas reconhecidas com base em documento fiscal, que foram realizadas em prol da Entidade.

#### Credores Diversos

Valores em Reais

Conta	junho/17	dezembro/16
DEPOSITOS A IDENTIFICAR	-	5.605
NATALINO M. V. DA COSTA	-	4.907
OTAVIO LEMOS M. CELIDONIO	-	230
FABIO PEREIRA PIRES	-	4.000
REGIS BOZOKI	-	2
GABRIEL ROSA PADUA SOARES	3.112	301
NEISA MONTEIRO CARDOSO	834	-
ANACRETA LOPES VITORASSO	173	-
MARCOS VINICIUS DE CASTRO MEDEIROS	1.569	-
RONAN BORGES DE CASTRO	207	-
GONÇALO DE SOUZA E MARQUES DE SOUZA	2.156	2.156
<b>Soma</b>	<b>8.051</b>	<b>17.201</b>

#### 14. Patrimônio Social

É apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits ocorridos. O saldo acumulado será destinado à manutenção das atividades de acordo com o previsto no Plano Anual de Trabalho, para atender aos dispositivos legais vigentes e o princípio contábil da continuidade.

O Patrimônio Social da Administração Regional de Mato Grosso atingiu no final do segundo trimestre o valor de R\$ 90.290.240 (Noventa milhões, duzentos e noventa mil, duzentos e quarenta reais).

#### 15. Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas pelo SENAR-AR/MT alcançaram no segundo trimestre o montante de R\$ 22.855.644 (Vinte e dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta e quatro reais), a seguir:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	junho/17	junho/16
Contribuições Sociais	21.164.486	21.484.970
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.465.187	1.919.856
Transferências das Instituições Privadas	202.932	64.908
Ganhos com Incorporação de Ativos	23.040	-
<b>Total</b>	<b>22.855.644</b>	<b>23.469.735</b>



As Variações Patrimoniais Diminutivas realizadas pelo SENAR-AR/MT alcançaram no segundo trimestre o montante de R\$ 19.517.774 (Dezenove milhões, quinhentos e dezessete mil, setecentos e setenta e quatro reais), a seguir:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>junho/17</b>	<b>junho/16</b>
Remuneração a Pessoal	2.849.515	2.779.887
Encargos Patronais	960.140	1.041.754
Benefícios a Pessoal	371.104	393.706
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	199.738	168.384
Uso de Material de Consumo	840.684	869.668
Serviços	13.611.416	11.440.810
Depreciação, Amortização e Exaustão	465.990	426.984
Transferências a Instituições Privadas	202.932	64.908
Perdas Involuntárias	16.255	-
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>19.517.774</b>	<b>17.186.100</b>

A demonstração das variações patrimoniais aumentativa e diminutiva em 30/06/2017 apresentou resultado positivo (Superávit) de R\$ 3.337.870 (Três milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e setenta reais), a saber:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	<b>junho/17</b>	<b>junho/16</b>
Aumentativas	22.855.644	23.469.735
Diminutivas	19.517.774	17.186.100
<b>Superávit</b>	<b>3.337.870</b>	<b>6.283.635</b>

**Normando Corral**  
Presidente  
CPF: 286.226.776-72

**Otávio Lemos de Melo Celidonio**  
Superintendente  
CPF: 301.236.808-67

**Carlos Eduardo Sanzio Alves**  
Coordenador Contábil  
CRC: MT-014309/O-7  
CPF: 722.069.931-04